



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11357 - Resumo Expandido - Trabalho - 4ª Reunião Científica da ANPEd Norte (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 03/GT 06/GT 18 - Movimentos Sociais, Educação Popular e EJA

**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ANÁLISES A PARTIR DOS PERFIS DOS INGRESSANTES**

Quelem Suelem Pinheiro da Silva - UNIFAP - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ANÁLISES A PARTIR DOS PERFIS DOS INGRESSANTES**

A educação de jovens e adultos (EJA), no Brasil, é marcada pela omissão do Estado na oferta de políticas educacionais que atendam as necessidades e especificidades do público dessa modalidade. Por décadas as ações realizadas foram assistencialistas, compensatórias, descontínuas e fragmentadas. Apenas em 1996, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB) que a EJA se tornou uma modalidade de ensino. Frente a isso, buscamos apresentar reflexões acerca dos perfis dos ingressos na EJA. Para isso, partimos do questionamento: quais os perfis dos ingressantes da EJA, em nível de Brasil, região Norte e dentre os Estados, o Amapá, nos anos 2010, 2015 e 2020?

A pesquisa se fundamentou na abordagem quali-quantitativa de cunho exploratório por meio de pesquisa documental. A investigação teve três etapas: levantamento bibliográfico; análise de documentos (Constituição Federal de 1988; Lei nº 9.384/1996; Decreto nº 5.840/2006; Plano Nacional de Educação 2014-2024; e Resolução nº 1/2021); e a coleta e sistematização de dados sobre os perfis dos ingressantes na EJA, que foram retirados das Sinopses Estatísticas da Educação Básica de 2010, 2015 e 2020, no qual inclui matrículas nas seguintes Etapas de Ensino: EJA Ensino Fundamental, EJA Ensino Médio, Cursos FIC de níveis Fundamental e Médio, EJA Ensino Fundamental Projovem Urbano e Curso EJA Integrada à Educação Profissional de Nível Médio (INEP, 2021).

No Brasil, algumas leis regulamentam e orientam a EJA, como se observa na Constituição Federal de 1988, quando menciona no Art. 208, inciso I “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria” (BRASIL, 1988, s.p.).

Na Lei N° 9.384, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), quando cita no Art. 4 inciso IV dentre os deveres do Estado é garantir o “acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria”(BRASIL, 1996, s.p.). Nos Art. 37 e 38, apresentam informações específicas para este público, constando que a EJA deverá ser preferencialmente vinculada com a educação profissional, tal regulamentação foi incluída pela Lei n° 11.741/2008, lei posterior ao Decreto n° 5.840/2006 que institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja).

O Proeja abrange a educação básica, tendo como proponentes: municípios, estados, Sistema S e instituições de ensino federal, nos quais obrigatoriamente ofertam o Proeja (BRASIL, 2006). Com isso, observa-se que na oferta do Proeja tem-se o público e o privado, pois o Sistema S também pode ofertar o programa.

No Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024) tem-se as metas 3 e 8 que estão vinculadas com a EJA, pois apresentam sobre a universalização do atendimento escolar para a população de 15 a 17 anos e elevar a escolaridade da população de 18 a 29 anos. Além disso, tem-se a Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional e a Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, nos Ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional (BRASIL, 2014).

Além disso, tem a Resolução n° 1, de 28 de maio de 2021, que Institui Diretrizes Operacionais para a EJA nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e EJA a Distância (BRASIL, 2021). Nela pode-se observar o alinhamento nas etapas da educação básica com os interesses mercadológicos, pois nos anos iniciais do ensino fundamental tem-se como objetivo a alfabetização inicial e a qualificação profissional inicial. Nos anos finais do ensino fundamental, tem-se a integração da formação geral com a formação profissional. E para o ensino médio, tem-se uma formação geral básica e profissional mais consolidada, sendo ofertada na forma integrada com uma qualificação profissional ou mesmo com um curso técnico de nível médio (BRASIL, 2021).

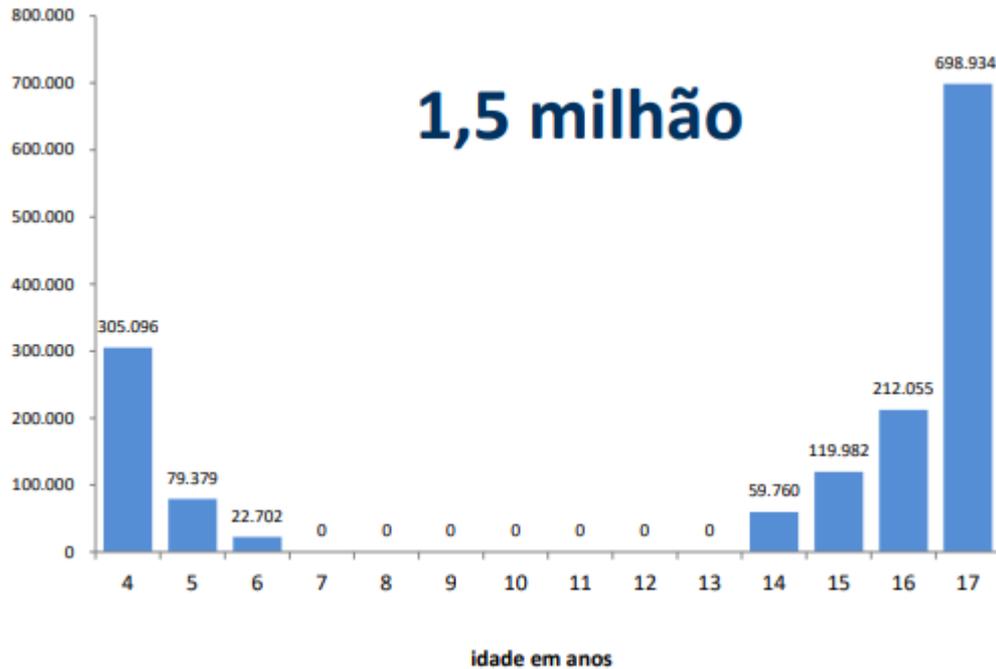
Com isso, observa-se que a educação pública, no Brasil, ao longo do século XX, apresenta ciclos de expansão voltada para atender as demandas dos processos de produção, tardios e desiguais, tanto no quantitativo de oferta como na qualidade, conseqüentemente, tem-se o conhecimento distribuído de forma desigual. Assim, muitas pessoas não tiveram acesso à educação básica durante a infância e adolescência (MOLL, 2010). Além disso, tem-se as seguintes situações na educação desse público:

O analfabetismo jovem e adulto que ainda persiste no país, a profunda assincronia idade-ano escolar, os altos índices de repetência e saída extemporânea da escola são expressões dessas condições desiguais de acesso, permanência e aprendizagem no sistema de ensino, portanto resultam de processos históricos que prospectaram uma

“escola tardia e pobre para os pobres”, contribuindo para a manutenção da desigualdade social e da representação simbólica de uma sociedade organizada em castas (MOLL, 2010, p. 137).

Nos resultados do censo escolar da educação básica de 2020, pode-se observar (GRÁFICO 1) o quantitativo de 1,5 milhão de pessoas na idade entre 4 a 17 anos fora da escola em 2019, o que contribui para a distorção entre idade-série, e conseqüentemente, existem muitas possibilidades desse público voltar à escola como aluno da EJA.

Gráfico 1 – População de 4 a 17 anos que não frequentam escola – Brasil – 2019



Fonte: IBGE; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019 (INEP, 2021, p. 5)

Conforme mencionado, o abandono da escola contribui para a estatística de jovens e adultos sem a educação básica, o que eleva a presença de jovens na EJA (MEC, 2007), caso retornem aos estudos. Na Tabela 1, observa-se que nos anos de 2010, 2015 e 2020 ocorreu a diminuição do quantitativo de matrículas na EJA, tal situação aconteceu tanto em nível de Brasil, na região Norte e no Amapá.

Tabela 1 – Matrículas da EJA por etapa de ensino

Localização	Ensino Fundamental*	Ensino Médio**	Total***	Ano
Brasil	2.898.206	1.427.381	4.325.587	2010
Norte	385.214	140.473	525.687	
Amapá	17.738	6.071	23.809	
Brasil	2.182.611	1.309.258	3.491.869	2015
Norte	310.484	144.648	455.132	
Amapá	15.744	8.047	23.791	
Brasil	1.750.169	1.252.580	3.002.749	2020
Norte	207.531	118.839	326.370	
Amapá	10.847	6.856	17.703	

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados das Sinopses Estatísticas da Educação Básica de 2010, 2015 e 2020 (INEP, 2019a, 2019b, 2021)

\* Inclui matrículas da EJA Ensino Fundamental nos Anos Iniciais, Anos Finais, Projovem Urbano e Curso FIC integrado à EJA de nível Fundamental (INEP, 2021)

\*\* Inclui matrículas da EJA Ensino Médio, Curso FIC integrado à EJA de nível Médio e Curso Técnico (Ensino Médio) integrado à EJA (INEP, 2021)

\*\*\* O total da EJA inclui matrículas nas seguintes Etapas de Ensino: EJA Ensino Fundamental, EJA Ensino Médio, Cursos FIC de níveis Fundamental e Médio, EJA Ensino Fundamental Projovem Urbano e Curso EJA Integrada à Educação Profissional de Nível Médio (INEP, 2021)

Isso nos proporciona reflexões sobre o que tem provocado o decréscimo, no qual pelos dados apresentados nas Sinopses Estatísticas da Educação Básica não nos evidenciam tal justificativa, sendo algo que em outras pesquisas pode ser discutido. Mas pode-se mencionar que mesmo com o decréscimo ainda são elevados os números de matrículas nessa modalidade, ou seja, no Brasil ainda existem muitas pessoas com mais de 17 anos de idade que não concluíram a educação básica.

Na Tabela 2, observa-se a oferta da EJA no âmbito público e privado. Comparando a esfera pública federal e a privada, tem-se a quantidade de matrículas privadas sendo elevada nos ensinos fundamental e médio, em nível de Brasil, região Norte e Amapá, nos três anos (2010, 2015 e 2020). Tais aspectos evidenciam a predominância da interferência do privado na EJA em relação a esfera pública federal.

Tabela 2 – Matrículas da EJA por etapa de ensino e dependência administrativa

Localização	Ensino Fundamental				Ensino Médio				Ano
	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Federal	Estadual	Municipal	Privada	
Brasil	1.018	1.078.114	1.744.503	74.571	14.530	1.273.776	45.780	93.295	2010
Norte	53	138.479	239.445	7.237	1.823	129.437	651	8.562	
Amapá	-	11.849	4.977	912	-	5.760	-	311	
Brasil	714	641.505	1.429.354	111.038	11.178	1.120.438	33.683	143.959	2015
Norte	50	102.086	201.073	7.275	1.267	128.351	795	14.235	
Amapá	-	10.718	4.076	950	101	7.440	-	506	
Brasil	466	504.169	1.169.273	76.261	13.170	1.113.856	25.467	100.087	2020
Norte	71	62.198	139.986	5.276	1.434	103.601	471	13.333	
Amapá	-	6.890	3.552	405	113	6.243	-	500	

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados das Sinopses Estatísticas da Educação Básica de 2010, 2015 e 2020 (INEP, 2019a, 2019b, 2021)

Além disso, pode-se mencionar que conforme a Tabela 2, no âmbito público municipal em comparação com o privado, observa-se o ensino médio com mais matrículas no privado, o que evidencia também a prevalência do privado da EJA (ensino médio) em relação a esfera pública municipal, tanto em nível de Brasil, região Norte e Amapá, nos anos 2010, 2015 e 2020.

Outros elementos observados na Tabela 2, constam sobre a matrícula da EJA no Amapá. Apresentando a predominância das matrículas da EJA na dependência Estadual, nos ensinos fundamental e médio. Além disso, na dependência municipal não há matrículas no ensino médio. E por fim, na dependência federal não há matrículas no ensino fundamental em nenhum dos anos analisados e nem matrículas para o ensino médio em 2010, mas nos anos

2015 e 2020 existem matrículas no ensino médio, isso acontece, porque a partir de 2012 o Instituto Federal do Amapá (Ifap) inicia o Proeja, o que contribui, no Estado, com a oferta da EJA vinculada com a educação profissional.

Em relação a faixa etária dos matriculados na EJA, observa-se, na Tabela 3, o retorno de muitos jovens à escola, em virtude da quantidade de matrículas nas faixas etárias de 15 a 17, 18 a 19 e 20 a 24 anos de idade. Em nível nacional, além dessas faixas etárias tem-se o elevado número na faixa etária de 40 anos ou mais, aspectos semelhantes da região Norte, diferente apenas do ano de 2010, no qual a faixa etária de 25 a 29 foi maior do que a faixa de 40 anos ou mais nessa região.

No caso específico do Estado do Amapá, observa-se, na Tabela 3, que predominantemente nos anos 2010, 2015 e 2020 a maior quantidade de matriculados nas faixas etárias de 15 a 17, 18 a 19 e 20 a 24 anos de idade, o que evidencia, no Estado, o público de jovens de 15 a 24 anos na EJA, ou seja, tem-se a juvenilização nessa modalidade no Amapá, como também no âmbito nacional e na região Norte.

Tabela 3 – Matrículas da EJA por faixa etária

Localização	Até 14 anos	15 a 17 anos	18 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 39 anos	40 anos ou mais	Ano
Brasil	81.263	718.239	583.624	774.038	510.381	473.649	386.698	797.695	2010
Norte	11.176	106.092	75.542	102.834	68.883	56.884	39.716	64.560	
Amapá	436	6.138	3.826	4.801	2.724	2.092	1.475	2.317	
Brasil	26.688	611.189	564.249	673.360	359.969	300.810	281.139	674.465	2015
Norte	4.271	98.242	80.774	92.325	51.288	40.582	31.928	55.722	
Amapá	238	6.365	5.041	4.914	2.321	1.586	1.191	2.135	
Brasil	12.968	434.639	498.898	598.365	296.620	237.986	227.134	696.139	2020
Norte	2.053	65.559	60.025	69.498	33.627	25.770	22.554	47.284	
Amapá	55	4.325	4.050	4.156	1.648	1.017	809	1.643	

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados das Sinopses Estatísticas da Educação Básica de 2010, 2015 e 2020 (INEP, 2019a, 2019b, 2021)

A presença desse público de jovens na EJA, dentre os fatores, envolve o insucesso no ensino fundamental, tem-se também a questão das desigualdades socioeconômicas que influenciam para que crianças abandonem a escola. Com isso, esses jovens retornam via EJA para concluir a educação básica, pois acreditam que os insucessos no trabalho são resultados da baixa escolaridade, conforme Mec (2007, p. 10-11):

Um agravante na situação brasileira diz respeito à presença forte de jovens na EJA, em grande parte devido a problemas de não-permanência e insucesso no ensino fundamental “regular”. Embora se tenha equacionado praticamente o acesso para todas as crianças, não se conseguiu conferir qualidade às redes para garantir que essas crianças permaneçam e aprendam. Além disso, a sociedade brasileira não conseguiu reduzir as desigualdades socioeconômicas e as famílias são obrigadas a buscar no trabalho das crianças uma alternativa para a composição de renda mínima, roubando o tempo da infância e o tempo da escola. Assim, mais tarde esses jovens retornam, via EJA, convictos da falta que faz a escolaridade em suas vidas, acreditando que a negativa em postos de trabalho e lugares de emprego se associa exclusivamente à baixa escolaridade, desobrigando o sistema capitalista da responsabilidade que lhe cabe pelo desemprego estrutural.

Na Tabela 4, observa-se a predominância do público feminino no ano de 2010, em nível de Brasil, região Norte e Amapá, mas nos anos 2015 e 2020 têm-se o público masculino, ultrapassando um pouco mais de 50% de matriculados na EJA.

Tabela 4 – Matrículas da EJA por sexo

Localização	Feminino	%	Masculino	%	Ano
Brasil	2.195.435	50,75	2.130.152	49,25	2010
Norte	269.500	51,26	256.187	48,74	
Amapá	11.940	50,14	11.869	49,86	
Brasil	1.717.741	49,19	1.774.128	50,81	2015
Norte	224.085	49,23	231.047	50,77	
Amapá	11.604	48,77	12.187	51,23	
Brasil	1.480.561	49,30	1.522.188	50,70	2020
Norte	159.429	48,84	166.941	51,16	
Amapá	8.591	48,52	9.112	51,48	

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados das Sinopses Estatísticas da Educação Básica de 2010, 2015 e 2020 (INEP, 2019a, 2019b, 2021)

A diferença do público masculino e feminino pode-se ser justificar por vários fatores, dentre eles, tem-se as questões do trabalho e atividades domésticas que muitas mulheres precisam realizar, conforme mencionado por Siqueira (2009):

muitas vezes abandonando a escola para trabalhar na roça com seus pais, na cozinha para que quando seus irmãos mais velhos e pais retornassem à residência, oriundos da fábrica ou da roça, o alimento já estivesse preparado. Ou ainda, uns iam trabalhar nas fábricas a fim de receber um salário e contribuir no provimento financeiro da família e outros ficavam em casa para suprir as necessidades da mesma, tais como cozinhar, lavar roupas, passar roupas, cuidar dos irmãos mais novos, arrumar a casa, enfim, os afazeres domésticos diários que eram dispensados principalmente aos membros do sexo feminino e jovens ou crianças (SIQUEIRA, 2009, p. 34).

Tais fatores apresentados contribuem para a interrupção da vida escolar do público feminino, como também podem dificultar no retorno à escola. Além disso, De Paula, Xavier e Ribeiro Júnior (2017, p. 27) corroboram ao mencionarem que “a falta de uma estrutura física e de ações de acolhimento aos filhos comprometem a assiduidade, o desempenho e a permanência dessas estudantes”. Com isso, pode-se observar as dificuldades do público feminino no âmbito escolar.

Já em relação a cor/raça, observa-se, na Tabela 5, muitas pessoas não declaradas, mas tendo a predominância dos declarados como preta/parda (negras), tendo em nível de Brasil, região Norte e no Amapá, como também nos três anos (2010, 2015 e 2020) analisados.

Tabela 5 – Matrículas da EJA por cor/raça

Localização	Não Declarada	Branca	Preta/Parda	Amarela/Indígena	Ano
Brasil	2.068.031	639.235	1.582.258	36.063	2010
Norte	238.019	32.527	245.227	9.914	
Amapá	10.765	1.468	10.960	616	
Brasil	1.487.167	533.605	1.433.764	37.333	2015
Norte	187.383	27.583	227.881	12.285	
Amapá	9.631	1.544	12.004	612	
Brasil	1.014.201	522.234	1.431.882	34.432	2020
Norte	113.808	20.756	181.022	10.784	
Amapá	5.193	1.304	9.968	1.238	

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados das Sinopses Estatísticas da Educação Básica de 2010, 2015 e 2020 (INEP, 2019a, 2019b, 2021)

A questão étnico-racial na EJA é mencionado por Silva (2009) como algo que precisa ser problematizado, pois tem-se a presença do negro de forma maciça, o que envolve o processo de exclusão de jovens, pobres e negros, conforme apresentado pelo autor:

A presença de jovens negros na EJA precisa ser problematizada para além do discurso de “garantia do direito à escolarização”. Levando-se em consideração as desigualdades sociais, raciais e educacionais, só o fato de encontrarmos esses sujeitos compondo, de forma maciça, os bancos escolares da EJA é revelador de que os processos de exclusão escolar vividos pelos jovens, sobretudo os pobres, no ensino médio afetam de forma mais incisiva um determinado grupo étnico-racial (SILVA, 2009, p. 90).

Diante do exposto, é possível observar os perfis dos ingressos da EJA em nível de Brasil, região Norte e dentre os Estados, o Amapá, nos anos de 2010, 2015 e 2020. As matrículas aconteceram mais pelo privado em relação a esfera federal. No Amapá, existem mais matrículas da EJA (ensinos fundamental e médio) no âmbito Estadual. Muitos ingressos no Brasil, região Norte e no Amapá são jovens (15 a 24 anos), negros (pretos/pardos), pequena predominância, nos anos 2015 e 2020, do público masculino em relação ao feminino. Tais ingressos retornam à escola buscando melhores condições de vida, para esses se tem políticas públicas que aparentemente são ofertadas para atender as suas necessidades, mas em sua essência contribuem para os interesses mercadológicos, pois visam a formação de mão de obra, sem também priorizar a formação humana e plena dos indivíduos.

**Palavras-chave:** Políticas públicas educacionais; EJA; perfis dos ingressantes.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 18 jul. 2022.
- BRASIL. **Decreto nº 5.840, de 23 julho de 2006**. Institui, no âmbito federal, o Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5840.htm#:~:text=Institui%2C%20no%20%C3%A2mbito%20federal%2C](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5840.htm#:~:text=Institui%2C%20no%20%C3%A2mbito%20federal%2C) Acesso em: 22 jul. 2019.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – LDB. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 18 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm). Acesso em: 20 abr. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 28 de maio de 2021.** Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância. Brasília: Mec, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-1-de-28-de-maio-de-2021-323283442>. Acesso em: 20 abr. 2022.

DE PAULA, A. A. S.; XAVIER, G. J.; RIBEIRO JÚNIOR, R. M. Perfil dos sujeitos da educação de jovens e adultos no Instituto Federal de Goiás: implicações pedagógicas e curriculares. *In*: PEREIRA, J. V.; CASTRO, M.D. R. de; BARBOSA, S. C. (org.). **Diálogos sobre educação de jovens e adultos: desafios políticos e pedagógicos da integração com a educação profissional.** Campinas: Mercado de letras, 2017.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Básica 2020:** divulgação dos resultados. Brasília: Inep, 2021. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/censo\\_escolar/resultados/2020/apresentacao\\_coletiva.pdf](https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2020/apresentacao_coletiva.pdf). Acesso em: 18 jul. 2022.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2010.** Brasília: Inep, 2019a. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 16 jul. 2022.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2015.** Brasília: Inep, 2019b. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 16 jul. 2022.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2020.** Brasília: Inep, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 16 jul. 2022.

MEC. Ministério da Educação. Proeja Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja. Educação Profissional Técnica de nível Médio/Ensino Médio. **Documento Base.** Brasília: Mec/Setec, 2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja\\_medio.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf). Acesso em: 22 jul. 2019

MOLL, J. PROEJA e democratização da educação básica. *In*: MOLL, J e colaboradores. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

SILVA, N. N. **Juventude, EJA e Relações Raciais:** um estudo sobre os significados e sentidos atribuídos pelos jovens negros aos processos de escolarização da EJA. 2009. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Conhecimento e Inclusão Social, Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/HJPB-7UPMEW/1/1000000774.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2022.

SIQUEIRA, A. B. O retorno de jovens e adultos aos estudos formais após 20, 30, 40 anos. **POIÉSIS** – Revista do Programa de Pós-Graduação em educação, vol. 2, nº 1. Tubarão: Unisul, 2009. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Poesis/article/view/77>. Acesso em: 18 jul. 2022.